concepções excessivamente centralistas, estatistas, burocráticas e autoritárias.

Por outro lado, demonstrar que o «controlo operário», tal como foi definido e entendido pelo Partido Bolchevique e cuja prática dominante se impôs (para a qual jogou também a própria fraqueza interna do movimento dos comités de fábrica), não só não proporcionou o desenvolvimento do poder efectivo dos trabalhadores na produção (i. e. *a gestão operária da produção*) como ainda foi criando muralhas de vária ordem à efectivação desse poder: primazia dada aos órgãos centrais económicos estatais ao nível de todas as decisões, consequente perda de autonomia e de poder dos comités de fábrica, num primeiro momento, e dos sindicatos, num segundo momento; o fim da gestão colectiva e sua substituição pela «direcção de um só indivíduo»; a militarização do trabalho com tudo o que ela implica ao nível do reforço de relações autoritárias e hierárquicas; a adopção da técnica capitalista e do «taylorismo»...

Ao longo da sua «cronologia selectiva», Brinton faz referências e trata alguns dos documentos mais importantes deste e sobre este período — relatórios dos Congressos e Conferências dos Comités de Fábrica, Sovietes, Sindicatos, Partido Bolchevique; documentos sobre controlo operário emanados dos Comités de Fábrica; decretos referentes ao controlo operário, à estruturação dos organismos económicos, à organização industrial; textos e intervenções de Lenine e Trotsky como de outros não menos importantes «leaders» do movimento operário russo, bolcheviques e de outras formações e correntes políticas.

Brinton vai-nos proporcionando informações importantes sobre a actividade e estrutura dos *Comités de Fábrica;* sobre o seu processo de marginalização a favor do *aparelho sindical* e a polémica que tal marginalização provocou; sobre alguns dos problemas com que se debatem os Comités de Fábrica em relação à *gestão industrial;* sobre os Sindicatos, suas funções e relações com o aparelho de Estado e o Partido; sobre as medidas de *centralização* das decisões económicas; sobre o evoluir das posições de Lenine e de Trotsky a respeito da direcção e organização do trabalho fabril; sobre a resistência e luta que certos sectores operários e intelectuais, dentro e fora do Partido Bolchevique, vão opondo às medidas antipoder operário.

Ao texto de Brinton não pode ser dado um estatuto de análise global das relações sociais na Rússia de 1917 a 1921, tal como, aliás, não era a sua intenção. No essencial, é um texto que põe muitas questões e dá poucas respostas aos problemas levantados por uma revolução. É exactamente nas questões que formula que reside o seu mérito.

Fátima Patriarca

«INTERNATIONAL TRADE»

BHAGWATI, J. (organizador) — *International Trade,* Londres, Penguin Books, 1972.

A chamada teoria pura do comércio internacional, um dos ramos mais antigos da teoria económica, estuda as causas do comércio entre as

nações, as vantagens derivadas do comércio e os percursos viáveis das políticas comerciais.

Segundo uma definição de J. Bhagwati «a teoria do comércio internacional representa essencialmente a aplicação das teorias do valor e do bem-estar às questões da economia internacional». Desta perspectiva a construção ricardiana da lei dos custos comparativos pode ser interpretada de duas maneiras: como um modelo simplificado que pretende ser um iminente instrumento para demonstrar os fundamentos da celebrada proposição segundo a qual o comércio internacional é benéfico; ou como uma tentativa para isolar as variáveis fundamentais que podem ser utilizadas para explicar a estrutura do comércio.

Na primeira versão, essencialmente normativa, os autores neo-clássicos esforçaram-se por aperfeiçoar o tratamento ricardiano da lei dos custos comparativos com vista a determinar, rigorosamente, quer as vantagens que advêm do comércio internacional, quer o nível em que tendem a fixar-se as razões de troca. Esta via de análise foi praticamente a única que, no seio dos referidos autores, foi desenvolvida até à segunda guerra mundial. Ela corresponde a um período de refinamento de um instrumental teórico que alcançou grande perfeição em termos de análise económica: John Stuart Mill contribuiu para esta construção teórica com a *lei dos valores internacionais;* Alfred Marshall inventou as *curvas de procura recíprocas;* Haberler introduziu-lhe os chamados *custos de oportunidade;* Meade levou às últimas consequências o seu estudo através de processos gráficos e Viner deu-lhe os últimos retoques elaborando uma síntese histórica importante.

Acontece que esta construção teórica, apesar de ser muito aliciante do ponto de vista da pura especulação intelectual, torna-se altamente contestável a partir do momento em que se tenta utilizá-la para medir as vantagens retiradas pelos países ditos subdesenvolvidos da especialização internacional da produção. Acresce a isto que o projecto maior que subjaz a esta construção, isto é, a igualação dos níveis de desenvolvimento por virtude do comércio internacional é totalmente negada, na prática, pela evolução do Terceiro-Mundo face às economias industrializadas.

Depois da segunda guerra mundial, é o segundo ponto da teoria ricardiana que retém a atenção dos teóricos neo-clássicos. Esta mudança de terreno deve-se ao facto de se ter tornado impossível ignorar as características das relações entre países industrializados e países subdesenvolvidos. Estas relações, com efeito, são definidas exclusivamente pela estrutura primária das exportações dos países subdesenvolvidos e pela estrutura industrial das exportações dos países mais desenvolvidos. Ora, torna-se bastante difícil conservar uma perspectiva normativa face a tais relações, nomeadamente, quando estas tendem a prolongar-se no tempo. Desta forma não é de admirar que o plano de estudo se tenha deslocado: a teoria pura do comércio internacional continua a pretender explicar a estrutura das trocas comerciais; porém, de normativa ela transforma-se em positiva e, deste modo, bastante menos ambiciosa.

A teoria pura passa a contentar-se em explicar por que é que, num dado momento, as exportações dos países menos desenvolvidos comportam esta ou aquela categoria de bens e as dos países industrializados outras. Mas esta viragem na questão inicial é significativa. O novo plano de análise, se é certo que coincide com o abandono relativo do tema da igualação dos níveis de desenvolvimento e do dos ganhos advindos do

comércio internacional mostra, contudo, o problema fundamental do papel jogado pelas diversas categorias de bens exportados e importados no processo de deesnvolvimento. E aí os teóricos contemporâneos desenvolvem o seu raciocínio *concluindo que um determinado nível de desenvolvimento induz um correspondente contingente potencial ou efectivo de trocas;* só que não retiram as consequências últimas desta proposição. Este género de análise é um inegável progresso relativamente à dos neoclássicos da primeira geração, mas importa que nos demos conta das suas limitações: *é que o nível de desenvolvimento do capitalismo,* isto é, *o modo como em cada país é gerado e obsorvido o excedente, exige um contingente bem determinado de exportações e importações.* Desta forma torna-se possível contestar as relações económicas internacionais que daí decorrem, vantagem que a «proposição da indução» não nos permite utilizar.

Os «readings» contidos na obra em referência, na linha de um cotejo entre a primiera e a segunda alternativas teóricas citadas, exploram os fundamentos teóricos do conhecido e discutido teorema Heckscher-Ohlin e dão uma apreciável panorâmica crítica dos estudos empíricos com ele relacionados, nomeadamente os que decorrem do chamado «paradoxo de Leontief». As vantagens do comércio livre bem como o comportamento do comércio em presença de tarifas e salários rígidos merecem a esta selecção de textos um destaque especial. Finalmente a última secção inclui alguns trabalhos que se debruçam sobre o estudo das relações mútuas que existem entre o comércio e o crescimento económico.

J. M. R.

«LA GRÈVE»

C. DURAND, P. DUBOIS — *La grève,* Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques/Armand Colin, «Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques» n.º 195, 1975, 311 págs.

De «inquérito sociológico» assim classificam os próprios autores, em subtítulo, o estatuto teórico-disciplinar do trabalho, o que de imediato sugere aquilo que a sua leitura confirma: não se trata de um estudo que aborde a problemática da greve na sua totalidade ao contrário do que possa insinuar o título genérico *A Greve.*

Contudo, este título é admissível quanto mais não seja como indicador da forte «realidade social» que é a greve e já agora como tradutor de um dado carácter paradigmático conseguido pela análise empreendida, no âmbito da metodologia e quadro teórico usados, e isto mercê da simplicidade e rigor alcançados na sua manipulação.

Especificamente, um dos principais objectivos, se não o principal, deste inquérito é o de forjar a possibilidade de avaliar o maior ou menor grau de plausibilidade de algumas das teses relativas às eventuais transformações do movimento operário francês, em especial no respeitante às práticas grevistas, e teses essas que têm como pano de fundo o movimento de Maio de 1968. Incidentemente, os autores aproveitam os conhecimentos obtidos sobre o seu objecto concreto que é o movimento operário francês para os comparar-articular com os conhecimentos relativos ao movimento operário de outros países.